

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

Município de Monte Sião

(Processo Administrativo nº xxx/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Cestas Básicas para os Servidores Públicos para a Diretoria de Administração da Prefeitura Municipal de Monte Sião, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTE	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	<p><u>CESTA BASICA SERVIDORES 2025</u></p> <p>01 (02) - ARROZ EMBALAGEM PLÁSTICA NÃO INFERIOR A 05 KG. Arroz tipo 1, longo fino, polido, higienizado, embalagem plástica não inferior a 05 Kg, declarando a marca, nome e endereço do empacotador, prazo de validade, número de registro no órgão competente. MARCAS SUGERIDAS: PANELA DE FERRO, PILECCO NOBRE, PRATO FINO, SUPER ECCO.</p> <p>02 (04) - FEIJÃO PACOTE NÃO INFERIOR A 01 KG feijão carioca, tipo 1, maquinado novo, cor clara, pacote não inferior a 01 Kg; Embalagem declarando a marca, nome e endereço do empacotador, prazo de validade, número de registro no Ministério da Agricultura MARCAS SUGERIDAS: CAMIL, BROTO LEGAL, NAMORADO.</p> <p>03 (04) - OLEO DE SOJA EMBALAGEM NÃO INFERIOR A 900ML. Óleo de soja refinado, embalagem não inferior a 900 ml cada. Informação nutricional: porção 13 ML, valor energético 108 kcal = 454Kg, carboidrato - 0g, proteínas - 0g, gorduras totais - 12g, gorduras saturadas - a 2g, gorduras transgênicas - não contém, gorduras monoinsaturadas - 3g, gorduras poliinsaturadas - 7g, colesterol - 0mg, fibra alimentar - 0g, sódio - 0mg, vitamina E - 2,8mg; Embalagem declarando a marca, nome e endereço do fabricante, prazo de validade, número de registro no órgão competente. Embalagem não inferior a 900 ml. MARCAS SUGERIDAS: SOYA, LIZA, ABC, COCAMAR</p> <p>04 (01) - AÇÚCAR CRISTAL EMBALADO EM PACOTE NÃO INFERIOR A 05 KG. Açúcar cristal embalado, em pacote de 5 Kg, de procedência nacional. Deve apresentar-se isento de substâncias estranhas e/ou nocivas. Embalados em plástico atóxico e termo selado. Embalagem declarando a marca nome e endereço do empacotador, prazo de validade, número de registro no órgão competente. MARCAS SUGERIDAS: UNIÃO, PURINHA, MIRANTE.</p> <p>05 (01) - FARINHA DE TRIGO EMBALAGEM NÃO INFERIOR A 01KG. Farinha de trigo branca, livre de sujidades, parasitas e larvas, com aspecto de pó fino branco, cheiro e sabor próprio. A embalagem deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número de registro no órgão competente. Embalagem não inferior a 01 Kg. MARCAS SUGERIDAS: RENATA, DONA BENTA, FINNA, PRIMOR.</p> <p>06 (01) - FUBÁ DE MILHO EMBALAGEM NÃO INFERIOR A 500G CADA. Fubá de milho, fino amarelo, de procedência nacional, embalado em plástico atóxico,</p>	4.200	UN	621,00	2.608.200,00



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

transparente e incolor, termo selada. A embalagem deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número de registro no órgão competente. Embalagem não inferior a 500g. MARCAS SUGERIDAS: YOKI, HIKARI, GRANFINO, SINHÁ.				
<p>07 (04) - PO DE CAFÉ EMBALAGEM A VÁCUO ALUMINIZADA NÃO INFERIOR A 500G.</p> <p>Pó de café com grãos selecionados do tipo arábica, submetido a processo de torração homogênea, com selo ABIC, embalagem a vácuo alumizada não inferior a 500g, informação nutricional: porção - 50ml, valor calórico - 2,3Kcal, carboidratos - 0,24g, proteínas - 0,22g, gorduras totais - 0,05g, sódio - 0,36mg; Embalagem declarando a marca, nome e endereço do empacotador, prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data da entrega, lote e informações nutricionais número de registro no órgão competente. MARCAS SUGERIDAS: PILÃO, CABOCLO, TRÊS CORAÇÕES.</p>				
<p>08 (02) - SARDINHA EMBALAGEM NÃO INFERIOR A 80G DE PESO DRENADO CADA.</p> <p>Sardinha em lata, embalagem não inferior a 80 gramas, sendo uma acondicionada em óleo de soja comestível e outra acondicionada em molho de tomate temperado; Embalagem declarando a marca, nome e endereço do fabricante, prazo de validade, número de registro no órgão competente. MARCAS SUGERIDAS: COQUEIRO, GOMES DA COSTA e ROBSON CRUSOE.</p>				
<p>09 (04) - EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM NÃO INFERIOR A 340G</p> <p>Extrato de tomate, embalagem não inferior a 340 g. Ingredientes: tomate, açúcar e sal. Não contém glúten. Composição mínima por 30g, informação nutricional 30g, valor calórico - 14 kcal, carboidratos - 2,8g, proteínas - 0,5g, gorduras totais - 0g, gorduras saturadas - 0g, gorduras transgênicas - 0g, fibra alimentar - 0,6g, sódio - 123mg. Embalagem declarando a marca, nome e endereço do fabricante, prazo de validade, número de registro no órgão competente. MARCAS SUGERIDAS: ELEFANTE, POMAROLA E QUERO.</p>				
<p>10 (02) - MACARRÃO ESPAGUETE EMBALADOS EM PACOTES NÃO INFERIORES A 500G.</p> <p>Macarrão com ovos, do tipo espaguete, embalados em pacotes não inferiores a 500 g, composição dos produtos: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, contém glúten. Embalagem declarando a marca, nome e endereço do empacotador, prazo de validade, número de registro no órgão competente. MARCAS SUGERIDAS: SANTA AMALIA, DONA BENTA e RENATA.</p>				
<p>11 (02) - MACARRÃO PARAFUSO EMBALADOS EM PACOTES NÃO INFERIORES A 500G.</p> <p>Macarrão com ovos, do tipo parafuso, embalados em pacotes não inferiores a 500 g, composição dos produtos: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, contém glúten. Embalagem declarando a marca, nome e endereço do empacotador, prazo de validade, número de registro no órgão competente. MARCAS SUGERIDAS: SANTA AMALIA, DONA BENTA e RENATA.</p>				
<p>12 (02) - BISCOITO MAISENA EMBALAGEM DE 170G A 200G.</p> <p>Biscoito doce tipo maisena composição mínima: farinha de trigo fortificada, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, sal refinado, bicarbonato de sódio, amido de milho. Empacotado em plástico atóxico, termo selado, isento de bolores, substâncias nocivas,</p>				



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

<p>odores e sabor estranhos ao seu aspecto normal, embalagem declarando a marca, peso líquido, nome e endereço do fabricante, prazo de validade e lote número de registro no órgão competente. Embalagem não inferior a 200 gramas cada.</p> <p>MARCAS SUGERIDAS: RENATA, BAUDUCCO, MARILAN, VITARELLA.</p> <p>13 (01) - BOLACHA CREAM CRACKER Bolacha salgada, em forma retangular, tipo "cream cracker", rico em vitaminas e ferro composição: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico gordura vegetal açúcar invertido sal fortificado amido de milho e ou fécula de mandioca vitamina b1 b2 b3 b6 e b12 fermento químico (bicarbonato de sódio e amônio) contem glúten. embalagem não inferior a 360g. validade mínima de 10 meses no ato da entrega.</p> <p>14 (12) - LEITE UHT INTEGRAL Embalados em caixa tipo Tetra Pak não inferior a 01 litro cada. Leite integral esterilizado, longa vida, em embalagens tetras park de no mínimo 1000 ml cada. A embalagem de conter a marca, nome e endereço do fabricante, prazo de validade, número de registro no órgão competente. MARCA SUGERIDA: COOPER RITA, PIRACANJUBA, ITALAC e JUSSARA.</p> <p>15 (06) - SABONETE EMBALAGENS NÃO INFERIORES A 90G CADA. Sabonete em embalagens não inferiores a 90 gramas cada, perfumado alternadas mensalmente dentre as seguintes composições: sabão base de sódio, água, carbonato de cálcio, perfume, cloreto sódio, óleo de semente de girassol, carbonato de sódio, glicerina, dióxido de titânio, óleo de amêndoas doces, ácidos etidronicos, EDTA tetrassodico, BHT, distirilbifenil disulfonato dissodico ou sabão base de sódio, água, carbonato de cálcio, glicerina, perfume, cloreto de sódio, óleo de semente de girassol, carbonato de sódio, dióxido de titânio, extrato de macela (E), extrato de rosa rubra (E), extrato de rosa canina, acido etidronico, CI 12490, EDTA tetrassodico, BHT, CI 11680. Embalagem declarando marca, nome e endereço do fabricante, prazo de validade, número de registro no órgão competente. MARCAS SUGERIDAS: FLOR DE YPÊ, FRANCIS, PALMOLIVE e DOVE.</p> <p>16 (04) - CREME DENTAL EMBALAGEM LAMINADA NÃO INFERIOR A 70G LÍQUIDA Creme dental, embalagem não inferior a 70 g, liquida, composição mínima do produto: 1450 ppm de flúor, carbonato de cálcio, lauril, sulfato de sódio, sacarina sódica, pirofosfato tetrassodico, silicato de sódio, sorbitol, carboximetilcelulose, metilparabeno, propilparabeno, aroma e água. Contem monofluorofosfato de sodio-MFP. Sabor: menta refrescante, aprovado pela ABO; Embalagem declarando a marca, nome e endereço do fabricante, prazo de validade, número de registro no órgão competente. MARCAS SUGERIDAS: ORAL B, COLGATE, CLOUSEUP e SORRISO.</p> <p>17 (01) - PAPEL HIGIÊNICO PACOTES PAPEL HIGIÊNICO COM 12 ROLOS Papel higiênico com 12 rolos de 30 m por 10 cm cada, branco, não reciclado, folhas duplas, de alta qualidade, picotado e macio, produto não perecível; Embalagem declarando a marca, nome e endereço do fabricante, prazo de validade, número de registro em órgão competente. MARCAS SUGERIDAS: FOFINHO, FOFPEL, SUBLIME e PERSONAL.</p> <p>18 (02) - MILHO VERDE MILHO EM CONSERVA - grãos inteiros imersos em líquido de salmoura tamanho e coloração</p>				
---	--	--	--	--



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

<p>uniforme isentos de substâncias estranhas ao produto sujidades fungos materiais terrosos que sejam impróprias para o consumo ou que alterem suas características normais sem adição de corantes e com adição de conservantes permitidos pela legislação vigente teor máximo de sódio na porção de 130g: 350mg Na Embalado em sache integra resistente vedada hermeticamente e limpa peso drenado de 200g Validade mínima de 12 (doze) meses no ato da entrega a validade mínima deverá ser igual ou superior a 80% do prazo total da validade contado a partir da data de sua fabricação.</p> <p>19 (01) - FARINHA DE MILHO EMBALAGEM NÃO INFERIOR A 500G. Farinha de milho, amarela, de mesa, fabricada com matérias primas sãs e limpas, obtidos dos grãos de milho, sem fermentação e sabores rançosos. (Pct. não inferior a 500 gramas) MARCAS SUGERIDAS: YOKI, HIKARI.</p> <p>20 (01) - ACHOCOLATADO EMBALAGEM NÃO INFERIOR A 400G. Chocolate em pó, solúvel, com aspecto de pó fino e homogêneo; preparado com mistura de cacau solúvel e açúcar; podendo o cacau ser parcialmente desengordurado; O produto será embalado em embalagem apropriada. Embalagem não inferior a 400 gramas. MARCAS SUGERIDAS: TODDY, NESCAU, ITALAC.</p> <p>21 (02) - GOIABADA EMBALAGEM NÃO INFERIOR A 300G. Goiabada vermelha; de primeira, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, com polpas firmes e intactas, tamanhas e coloração uniformes. Devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Embalagem não inferior a 300 g. MARCAS SUGERIDAS: PREDILECTA, ANHEMBI e VAL.</p> <p>22 (01) - MILHO PARA PIPOCA EMBALAGEM NÃO INFERIOR A 500G Milho de pipoca; de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, com validade mínima de 4 meses a contar da data de entrega; a embalagem deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número de registro no órgão competente. Embalagem não inferior a 500 gramas. MARCAS SUGERIDAS: KI SABOR, YOKI e HIKARI.</p> <p>23 (01) - LINGUIÇA CALABRESA DEFUMADA EMBALAGEM DE LINGUIÇA CALABRESA COZIDA E DEFUMADA, PACOTE 1KG Linguiça tipo calabresa, preparada com carne e condimentos, com aspecto normal, firme, sem umidade, não pegajosa, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionada a vácuo. Embalagem não inferior a 1kg MARCAS SUGERIDAS: SEARA, SADIA e AURORA.</p> <p>24 (02) - SABÃO EM PÓ SABÃO EM PÓ PARA LAVAR ROUPAS Para remoção de manchas em tecidos; em máquinas industriais e lavanderia; eliminador bactericida de germes e fungos e vírus; acondicionado a embalagem não inferior a 800 gramas, com rótulo e com número do lote, formula, data de fabricação e validade. MARCAS SUGERIDAS: TIXAN, OMO, ASSIM.</p> <p>25 (01) - LÃ DE AÇO EMBALAGEM NÃO INFERIOR A 60G Esponja de lã de aço carbono, não abrasiva, textura macia e isenta de sinais de oxidação, pacote 8X1, peso líquido 60 g. MARCAS SUGERIDAS: ASSOLAN, BOMBRIL</p> <p>26 (05) - DETERGENTE LIQUIDO Detergente líquido, com composição básica de ingredientes ativos, formol, sequestrante, alcanilizantes, tensoativo não iônico, corante, perfume e água; tensoativos biodegradáveis; ingredientes ativos lauril, éter,</p>				
---	--	--	--	--



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

<p>sulfato de sódio; linear alquil benzeno sulfato de sódio; tipo líquido, não inflamável; solúvel em água; com ph 1% 10,5-12,0; utilização em limpeza profunda em geral e brilho em superfícies; com validade mínima de 36 meses a partir da data de fabricação; acondicionado em frasco de polietileno incolor contendo 500 ml; Obs.: Embalagem contendo: especificações, indicações, precauções e modo de usar, nome, endereço, CNPJ do fabricante, serviço de atendimento ao consumidor, registro no Ministério da Saúde, nome e registro do técnico ou profissional responsável na entidade profissional competente. Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos determinados pela ANVISA. Embalagem não inferior a 500ml. MARCAS SUGERIDAS: YPÊ, ASSIM, LIMPOL.</p> <p>27 (02) - MARGARINA VEGETAL COM SAL Margarina vegetal com 80% de lipídios, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos; isento de ranço e outras características indesejáveis. Embalagem de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada. Embalagem contendo identificação, informação nutricional, lote, validade e com registro no Ministério da Agricultura. Embalagem não inferior a 500 gramas. MARCAS SUGERIDAS: QUALY, DELICIA, VIGOR, DORIANA.</p> <p>28 (02) - OVO DE GALINHA-12 OVOS Ovos de galinha brancos, íntegros, sem rachaduras e sem sujidades na casca – acondicionados em embalagens ou bandejas resistentes, que contenham data da classificação e validade – produtos com no máximo 05 dias de classificação. Registro no órgão competente.</p> <p>29 (01) - SAL REFINADO EXTRA REFINADO Embalado em pacote não inferior a 01 kg, composição mínima: cloreto de sódio, iodato de potássio, antiumectantes a.u. vi.</p> <p>30 (01) - SACO PLÁSTICO EMBALAGEM SACO PLÁSTICO RESISTENTE PARA CADA CESTA.</p>					
--	--	--	--	--	--

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) início da vigência contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO



3.1. A descrição da **TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO** solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Devem ser atendidos os critérios de sustentabilidade em que se baseia o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. Serão exigidas amostras de todos os itens descritas neste Termo de Referência.

4.4. As amostras poderão ser entregues no endereço da Prefeitura Municipal de Monte Sião, na Rua Maurício Zucato, 111, Centro, Monte Sião/MG, no horário das 08 às 16 horas, de segunda à sexta-feira, no prazo limite de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.6.1. Prazo de Validade;

4.6.2. Produtos de acordo com o disposto neste Termo e Edital;

4.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

Subcontratação

4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133,



de 2021, pelas razões TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, após Ordem de Fornecimento expedida pela administração;
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. O local designado para entrega dos produtos será no seguinte endereço: Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Monte Sião, na Praça Avelino Toledo de Lima, s/nº., Centro (antigo Fórum), de segunda a sexta-feira, das 09 às 16 horas, conforme ordem de fornecimento expedida pela Diretoria competente, sendo o custo com a entrega suportado integralmente pela licitante vencedora.
- 5.4. No caso de produtos perecíveis, deverão ter validade de no mínimo 3/4 (três quartos) de validade útil do prazo total da validade do produto, a partir da data de entrega dos produtos.

Da Garantia

- 5.5. Os produtos, objeto da licitação, a serem entregues deverão ter validade de no mínimo 3/4 (três quartos) de validade útil do prazo total da validade do produto, a partir da data de entrega dos produtos.
- 5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de consumo.
- 5.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 48 (quarente e oito) horas, contados a partir da data da notificação.
- 5.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.9. Os produtos deverão ser entregues nas normas regidas pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- 5.10. Além das condições especificadas nos itens anteriores, aplicam-se às condições de garantia às disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.
- 5.11. Decorrido o prazo para substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar o segundo licitante, rescindo o contrato atualmente vigente.
- 5.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- 6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.1. Recebimento provisório do objeto;

6.9.2. Verificação dos itens que compõem o objeto;

6.9.3. Recebimento definitivo do objeto;

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



7. CRITÉRIOS TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.9.1. o prazo de validade;
 - 7.9.2. a data da emissão;
 - 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. o valor a pagar; e
- 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, além de identificar possíveis razões que impeçam a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



- 7.21. Quando do **TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO** pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.
- 7.23. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, para **Registro de Preços**, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.
- 8.2. Visando a proposta de menor preço, as licitantes deverão cotar o desconto a ser ofertado sobre os itens levando-se em consideração todos os custos, como encargos, impostos, fretes, embalagens, taxas, despesas diretas e indiretas, pedágios, tributos e demais contribuições pertinentes pela execução dos fornecimentos e decorrentes do futuro contrato de compromisso de fornecimento à Prefeitura Municipal de Monte Sião, MG.
- 8.3. O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado parceladamente, conforme requisição a ser expedida pela Diretoria competente da Contratante.

Forma de fornecimento

- 8.4. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

- 8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como



empresa individual de TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.14. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.15. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital



relativo ao domicílio TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

8.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.27.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.27.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.29. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% até 10% do valor total estimado da contratação.

8.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



8.31.1. Para fins **TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO** da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1 Alvará Sanitário ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, em vigor, em nome da licitante ou fabricante, ou documento público que certifique/declare que a licitante é isenta nos termos de normatização do seu Estado;

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, Inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.608.200,00 (dois milhões e seiscentos e oito



mil e duzentos reais). TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Programa: 0003 – Servidor com Excelência.

Ação: 2010 – Distribuição de Cestas Básicas e Natalinas.

Ficha: 081 – Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.

Saldo Atual: **1.500.00,00**

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Monte Sião - MG, 29 de janeiro de 2025



PREFEITURA DE MONTE SIÃO

RUA MAURÍCIO ZUCATO, N 111 - CENTRO - CNPJ: 22.646.525/0001-31

MONTE SIÃO/MG - CEP 37580-000

FONE: (35) 3465 3053



CÓDIGO DE ACESSO

8CC43F33C64D4D839BBDE41D35C5317E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://montesiaopmflowdocs.sgpcloud.net:8092/public/assinaturas/8CC43F33C64D4D839BBDE41D35C5317E>